

O ENSINO MÉDIO GAÚCHO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PELOTAS: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E OS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE

LARISSA FRANK HARTWIG¹; MARIÂNGELA DA ROSA AFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – larissafrank01@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mrafonso.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), caracteriza em seu artigo 35, o Ensino Médio como direito público de todo cidadão brasileiro (Brasil, 1998). A reforma do Ensino Médio, nomeada no estado do Rio Grande do Sul (RS) como “Ensino Médio Gaúcho” (EMG), regulamentado pela Lei nº 13.415/2017 e pelo Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), originou grandes mudanças na proposta da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil, 2017).

A partir do ano de 2017, um conjunto de normatizações do Conselho Nacional da Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC), estabeleceram diretrizes conceituais e legais. Além de definirem regras para finalidade de recursos financeiros, criaram também programas de implementação com etapas, tarefas e atribuições dos sujeitos federados para que o Novo Ensino Médio (NEM) fosse implementado nas redes de ensino.

Foi exigida a elaboração de referenciais curriculares estaduais para o Ensino Médio, que se alinhassem às aprendizagens consideradas essenciais da BNCC às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), atualizadas pelo CNE pela Resolução n. 3/2018 e às Diretrizes Curriculares Estaduais do Ensino Médio (DCEEM), registradas pelos Conselhos Estaduais de Educação (Brasil, 2018).

A reforma tem como principais objetivos o aumento da carga horária e a aproximação das escolas com a realidade enfrentada pelos estudantes atualmente, pensando nas novas demandas e complexidades que existam tanto no mundo de trabalho, quanto na vida em sociedade. Essas mudanças se justificam devido à baixa qualidade do Ensino Médio no Brasil e a necessidade de torná-lo mais atraente, reduzindo a evasão escolar (Ensino Médio Gaúcho, 2022).

O parecer da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, direciona-se para a separação de uma parte da formação comum a todos os alunos, tendo a BNCC como documento norteador, a qual se compõe por 1.800 horas. A outra parte, que conta com 1.200 horas, é composta pelos Itinerários Formativos, os quais visam um aprofundamento curricular através das trilhas, contando também com outros componentes obrigatórios. Vale ressaltar que cada estado tem autonomia para modificar e estruturar os Itinerários de acordo com sua preferência, e de seus alunos. Em consequência a tais mudanças, algumas disciplinas, sendo elas: Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, não se tornam mais obrigatórias em todos os anos do Ensino Médio na matriz curricular, porém as mesmas deverão, de acordo com a Lei 13.415, fazer-se presentes obrigatoriamente nos currículos escolares em algum momento (Brasil, 2017).

Após estas alterações, em 31 de julho de 2024, foi instituída a Política Nacional de Ensino Médio, por meio da Lei nº14.945/2024. A norma reestrutura essa etapa de ensino, altera a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/17, que dispôs sobre a reforma do Ensino Médio (Brasil, 2024). A mesma deve entrar em vigor no ano de 2025. A nova Lei prevê um total de, no mínimo, 3 mil horas nos três anos do Ensino Médio. A mudança aponta que 2.400 horas serão destinadas à Formação Geral e 600 horas serão destinadas aos Itinerários Formativos.

Diante desse novo cenário, compreende-se que, além de representar uma nova proposta de ensino-aprendizagem aos estudantes de nível médio, a reforma afeta diretamente os professores responsáveis pela sua viabilização em sala de aula. Portanto, o objetivo deste estudo é investigar o impacto causado na prática docente dos professores de Educação Física a partir da implementação do Ensino Médio Gaúcho. Além disso, serão também apresentados marcos legais que direcionam as estratégias e ações pedagógicas para a implementação deste novo modelo.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa de cunho exploratório, adotando como delineamento o estudo de caso, que segundo Gil (2010) se caracteriza pelo aprofundamento de um ou de poucos objetos, que permite o seu conhecimento amplo e detalhado.

A pesquisa será realizada no município de Pelotas, com professores atuantes no Ensino Médio, vinculados às escolas estaduais da 5ª Coordenadoria Regional de Educação. O município conta com 22 escolas públicas estaduais, porém, para este estudo foram selecionadas 7 escolas, segundo sua localização, de modo que através de um sorteio aleatório fossem escolhidas escolas de diferentes bairros da cidade de Pelotas, visando as distintas realidades econômicas, sociais e educacionais. Portanto, as 7 escolas selecionadas foram: Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello, Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Antônio Leivas Leite, Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Rondon, Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, Escola Estadual de Ensino Médio Areal, Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Simões Lopes e Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Edmar Fetter.

O processo de coleta de dados será realizado pela pesquisadora de forma presencial, onde primeiramente foi contactada a coordenação da 5ª Coordenadoria Regional de Educação para anuência da pesquisa a ser realizada. Diante da resposta positiva, foram selecionadas as escolas. O passo seguinte será contatar os professores pessoalmente em cada instituição, explicando o processo de pesquisa e entregando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de forma com que cada um seja informado e declare o seu aceite para participar como sujeito da pesquisa e assim viabilizar o processo de coleta de dados.

Para a coleta de dados será utilizado o seguinte instrumento de pesquisa: entrevista semi-estruturada. A entrevista será gravada pela entrevistadora com a utilização de um smartphone. Posteriormente será transcrita pela mesma, entregue aos participantes para confirmação e aceite do conteúdo explicitado no momento da entrevista, e conforme consta na RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 os dados coletados nesse estudo ficarão armazenados pelo período de 5 anos em um HD externo de 1TB para a conferência ou possível contribuição para este projeto sob a responsabilidade do pesquisador.

Foi realizado um estudo piloto com um(a) professor(a) não envolvido diretamente na pesquisa, porém que cumpria com os critérios de inclusão da mesma, apenas para a experimentação do conteúdo da entrevista.

Neste estudo será utilizada a perspectiva de Bardin (2016) para orientar a análise dos dados, com base nos elementos que constituem a análise de conteúdo. No primeiro momento será realizada a pré-análise, que a partir de uma leitura flutuante dos materiais levantados (entrevista), será possível realizar a definição do corpus da pesquisa.

O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas da Escola Superior de Educação Física (82390724.6.0000.5313).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa trata-se de um projeto de dissertação de mestrado, o qual já foi qualificado e aprovado. Portanto, serão apresentados aqui os resultados obtidos no estudo piloto realizado para entender se o conteúdo do instrumento de coleta, ou seja, a entrevista, estava adequado ao objetivo proposto.

O(a) professor(a) participante do estudo, será nomeado(a) aqui como sujeito 1 (S1), mantendo assim o sigilo de sua identidade. O mesmo possui formação em Educação Física e especialização em Educação Física Escolar e teve sua graduação concluída no ano de 2012, ou seja, são 12 anos de docência. Destes, 2 anos trabalhando especificamente com o Ensino Médio. Portanto, o S1 passou a exercer sua profissão na última etapa do ensino básico no ano em que foi implementado o Ensino Médio Gaúcho em todas as escolas estaduais (2022). Ressaltamos que o sujeito não dá aulas em instituições da cidade de Pelotas, para que não corresse o risco de ser um dos(as) professores(as) participantes da pesquisa em questão.

O sujeito relata que passar a trabalhar com o Ensino Médio no ano em que a Reforma foi implementada, facilitou o entendimento deste novo modelo de ensino, ao dizer que “mesmo sabendo que algumas coisas já iriam mudar, foi um pouco mais fácil de pegar lá o início do fio da meada, né? Não que seja fácil, né? São desafios que a gente enfrenta todos os dias.” Além disso, percebemos também na fala que ele está “por dentro” das mudanças que vem ocorrendo e que ainda vão ocorrer, como já explicado anteriormente.

Quando questionado sobre a capacitação que recebeu, ele relata ter sido a da Seduc (Secretaria da Educação), disponível para todos professores desta etapa de ensino. As capacitações ocorreram de forma presencial e online, além disso, vídeos e livros se encontram disponíveis no site do *Ensino Médio Gaúcho*, para livre acesso, contendo informações e conteúdos didáticos, visando auxiliar estes professores.

O S1 expõe também que “a escola é muito parceira”, repassando e explicando com muito cuidado aos docentes todas as mudanças que já tenham ocorrido ou que ainda venham a ocorrer, dizendo que isso faz toda diferença na implementação deste novo modelo de ensino.

Com relação aos Itinerários que o sujeito passou a trabalhar ao longo destes 2 anos de docência: sociedade, mídia e cultura, e práticas corporais e cidadania. Dentro destes, ele dividiu suas aulas com o professor de física, relatando a questão de interdisciplinaridade antes mesmo de ser questionado sobre o assunto, o que é um ponto bastante importante a ser ressaltado, pois um dos objetivos do Ensino Médio Gaúcho é o trabalho interdisciplinar. Ainda com relação a este tema, o S1 diz que existem muitas trocas entre os professores, e que a escola já possuía um viés muito interdisciplinar. Quando questionado sobre como ministra essas aulas, o sujeito diz utilizar de “pesquisas, aulas expositivas, conversas, textos, perguntas,

nós temos bastante ferramentas, assim, de trabalho com os nossos alunos. Não só nos Itinerários, como também em outras disciplinas.”

Para finalizar, o sujeito diz que os alunos se encontram bastante preocupados com este novo modelo de ensino, devido as disciplinas que tiveram seus horários diminuídos ou que saíram da formação geral, já que o ENEM não sofreu mudanças e continua cobrando os mesmos conteúdos que eram cobrados antes da reforma. Além disso, o S1 relata que os alunos apenas “seguem o barco”, sem entender qual é de fato o objetivo do Novo Ensino Médio.

4. CONCLUSÕES

. Esta dissertação propõe investigar os caminhos e descaminhos da prática pedagógica, entendendo esta como elemento fundamental para as mudanças necessárias à educação. Neste sentido, ao buscar compreender a realidade dos professores que estão sendo impactados diretamente pelas mudanças contínuas das diferentes legislações referentes ao Ensino Médio brasileiro, percebemos que tais mudanças provocam inseguranças tanto para os professores, quanto para os alunos e gestores, uma vez que a cada nova reestruturação as demandas de trabalho docente também se alteram diante das novas trilhas ou itinerários formativos que vem sendo apresentado pela legislação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília (DF).. Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>.

BRASIL. **Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRASIL. - **LEI N.º 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**- Diário Oficial da União – Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília (DF).. Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>.

ENSINO MÉDIO GAÚCHO. ENSINO MÉDIO GAÚCHO: O QUE PRECISAMOS SABER?. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://ensinomediogaucha.educacao.rs.gov.br/>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.